



DESVENDANDO A RELAÇÃO CAPITAL FINANCEIRO, RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SERVIÇO SOCIAL

Claudia Regina Tenario Monteiro¹

Resumo

As reflexões apresentadas buscam localizar a relação da Responsabilidade Social Empresarial e os desafios postos ao Serviço Social. Partindo do pressuposto que as transformações capitalistas acirraram a alienação do trabalho, o mesmo será percebido em relação ao enfrentamento da questão social. Novas estratégias surgem contemplando o atual estágio do capitalismo financeirizado. A Política Social é duramente confrontada nesse contexto, com as novas possibilidades de respostas às vulnerabilidades sociais, que atendam a especulação do mercado financeiro de valorização de ações de empresas por meio da Responsabilidade Social Empresarial. A Responsabilidade Social inicialmente configuram-se como uma política, mas que na verdade visa tão somente uma versão mais conformada de respostas à questão social aos moldes do capital Fetiche.

Palavras-Chave: Capital Financeiro. Responsabilidade Social Empresarial. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

A partir das reflexões suscitadas no contexto do trabalho profissional que surgiram as ideias que serão aqui apresentadas. No esforço de romper com uma prática meramente interventiva, os estudos originados das indagações cotidianas, conduziram a uma compreensão que relacione a atuação do Assistente Social na área da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vinculada a Política Social.

O debruçar sobre uma determinada temática implica em esmiuçar o acervo histórico de produção acadêmico científica. Não apenas numa busca de reconstituição de linha do tempo das produções, mas compreender as diferentes abordagens que objetivaram tratar o tema. Assim, o levantamento de documentação referente a história do trabalho executado de responsabilidade social da empresa foi um momento inicial para composição do estudo. A partir das sistematizações das leituras e a análise, a partir delas, das situações cotidianas, permitiram a construção do estudo submetido a participação em eventos acadêmicos visando o compartilhamento com outros estudiosos interessados na temática para contribuir, mas também fomentar o debate e amadurecimento que permitirá um olhar crítico.

Compreendendo que a Política Social está intrinsecamente relacionada ao capital e seus estágios. Significa que a RSE também deve ser entendida nesse bojo sócio político. E seu potencial político também é identificado por se constituir em uma estratégia de enfrentamento da questão social.

O objetivo desse artigo é refletir um pouco sobre essa vinculação, RSE e Política Social, passando ao largo de outras discussões que recorriam ao termo " Terceiro Setor " como uma categoria possível para chancelar tais iniciativas. Até por não acreditar no termo, a intenção é entender como as ações de RSE constituem-se em uma política corporativa.

O artigo apresenta reflexões embrionárias, aproximativas de uma profissional buscando compreender o sentido de sua prática profissional e a dimensão de impacto para as pessoas e o mundo em que vivemos. E busca ainda, superar uma análise que rotulam como filantropia do capital ou ainda como " franja " dentro de uma complementariedade das ações governamentais.

No contexto da mundialização do capital em que grupos industriais estão ligados a

¹ claudia.tenorio@uol.com.br - Universidade Estácio de Sá.



sociedades financeiras de investimentos. São proprietários acionários das empresas que impõe sua dominação via as operações no mercado financeiro e que atuam independente das gestões corporativas. Iamamoto lembra que " não se reduz a mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas ", mas que atuam " como se fosse possível frutificar uma massa de rendimentos independente da produção direta " (2009: p.108-109).

A Política Social, originalmente foi pensada num cenário Taylorista/ Fordista, em que a indústria e sua força de trabalho buscavam o impulsionamento do consumo da produção de mercadorias que surgiam no estoques da Grande Industria. No estágio atual, o trabalhador está não apenas alienado de sua produção, bem como o Capital inaugura algo que de forma simplória seria a " alienação da alienação, pois o Capital produzido pela grande indústria também é fetichizado em relação ao mercado financeiro. Sobre isso, Iamamoto (2008) esclarece que:

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada, (...). Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar ' ovos de ouro ' , isto é, como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independentemente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido. (IAMAMOTO, 2008: p.109)

Para sustentação dessa lógica, o Neoliberalismo cria uma legitimidade, visto que exige a constituição de uma estrutura institucional que permita o acesso ao direito relacionados à " propriedade privada, mercados livres e ao livre comércio " (Wacquant, 2012: p.508). Tais mudanças contribuem para que o Neoliberalismo serva para acirrar ainda mais o esfacelamento da Política Social.

Por volta dos anos 90, Silva e Silva (2006:p.23) aponta que o Brasil já apresentava um Sistema de Proteção Social marcado por " avanço de um movimento de privatização das políticas sociais mediatizados por nefasta articulação do Estado com o setor privado lucrativo, principalmente no que se refere às políticas de educação, saúde e habitação ".

O Cenário demonstrava o quanto o Neoliberalismo impregou sua ideologia, entretanto, percebe-se no caso brasileiro uma co-relação de forças democráticas que insiste em avançar com a implementação do arcabouço Constitucional de 1988. Acredita-se que termina por configurar um arquétipo interessante onde a política pública ora recebe reforço (mas por conta da resistência de blocos democráticos) ao passo que recebe golpes dos defensores do Estado Neoliberal.

Ao avançarmos para o século XXI, o que se vivencia é o acentuamento desse conflito sendo perceptível alguns traços, no âmbito do Governo: 1- As instâncias surgidas com o Estado democrático lutando para a efetivação da Agenda Pública, principalmente na Assistência Social com a implantação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social) em aspectos que tratam da Garantia de direito de Idosos, Crianças e Mulheres dentre outras relacionadas a Direitos Humanos.¹2- Os Programas de Governo que seguem a lógica do imediatismo político e assim, servem as pretensões neoliberal, como os Programas de Transferência de Renda pelo seu caráter focalista e imediatista. No âmbito da Sociedade Civil também alguns traços distintos passaram a existir: 1- A consolidação das legislações levando às instituições a se preocuparem de atuar, por força da legislação, alinhadas a política pública 2- Permanecem as que ainda criam agendas específicas de atuação, como empresas que desenvolvem ações pensando exclusivamente na mitigação de suas ações ou no

¹ São as legislações que mais avançaram nos últimos anos.



cumprimento de tratados e adesões que as deixem bem posicionadas nos indicadores de avaliação do mercado financeiro. E é sobre o estudo deste último traço da atualidade que o artigo abordará.

2 DESENVOLVIMENTO

A definição mais comum de política, seria o conjunto de estratégias que visam uma conformação de interesses no âmbito de um Estado. A Política Pública surge exatamente da conformação de interesses, dos diálogos entre Sociedade Civil e Governo em geral fruto de instâncias de discussão colegiadas e de pactuação, em diferentes espaços. Enquanto que uma Política de uma empresa ou instituição traduz os interesses corporativos, que obviamente também traduz seus interesses.

Importante considerar que a sociedade em que as Políticas Sociais emergem não era compreendida a partir de uma perspectiva de totalidade, onde a realidade social era pensada como histórica e estrutural. A sociedade era pensada sob o escopo da racionalidade burguesa, que encarava a realidade social de forma recortada e pulverizada, o que gerou o surgimento das Ciências Sociais particulares, onde inclusive o Serviço Social se insere.

Ao abordar uma Política de Responsabilidade Social Empresarial entende-se que ali estão desenhadas não apenas orientações e diretrizes mas entendimentos corporativos, seus interesses éticos políticos no enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Muito comum, que a Política de Responsabilidade Social não abarque a potencialidade da realidade social, mas assuma uma territorialidade no entorno corporativo. Assim, trata-se de uma política do enfrentamento das vulnerabilidades que de alguma forma toque o interesse da instituição ou empresa.

Embora a atuação empresarial na área social seja de longa data, a constituição da Responsabilidade Social parte de uma ideologia neoliberal de co-responsabilização da sociedade civil no tratamento da questão social. Mas foi a década de 90 que representou importante guinada para as organizações empresariais, desenvolvendo uma atuação com demandas tradicionais, como a concessão de benefícios, o estabelecimento de critérios de elegibilidade e a triagem socioeconômica, surgem novas exigências que interferem nessas atividades e as modificam.

A relação entre pobreza e a degradação ambiental já foi identificado pela ONU, o que a motivou a criar em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na intenção de mitigar as consequências geradas pelo desenvolvimento sem preocupações com a sustentabilidade (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991). O argumento é que ao passo que na sua fase madura, o capitalismo, engendrou uma aguda crise ambiental como consequência de um foco na acumulação de riqueza em detrimento de uma agenda sustentável.

Ao deparar-se com as crises cíclicas de esgotamento de suas estratégias também foi seletiva e na direção criteriosa de contemplar o que era prioritário para sua manutenção: primeiro o investimento na Responsabilidade Social como tentativa de atingir o elemento humano, enquanto peça fundamental para sua continuidade, entendendo ser a força de trabalho a sua principal mercadoria. Muitas empresas primam por uma atuação marcada pelo desenvolvimento sustentável e são signatárias das principais políticas e medidas de reconhecimento dos direitos de segmentos minoritários, revelando seu caráter ético humanista e que se legitimam com certificações importantes dentro do setor.

De olho em indicadores como exemplo o Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa, as empresas atrelam sua intervenção social à lógica que contemplem também aos indicadores do mercado Financeiro. Óbvio que essa relação merece de desvendamento à luz da teoria crítica. Respostas a indagações de que questão social é essa que tem sido enfrentada por tais iniciativas ? Quais as bases da relação entre a Política Social e a Política de Responsabilidade Social Corporativa ? Principalmente porque Iamamoto (2008) denuncia que:



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

O fetichismo dos mercados financeiros, que apresenta as finanças como potências autônomas diante das sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que atuam mediante o efetivo respaldo dos Estados nacionais sob a orientação dos organismos internacionais, porta-vozes do grande capital financeiro e das grandes potências internacionais. (IAMAMOTO:2008:p.109).

Contudo, é necessário pensar também nas contribuições dessas iniciativas. Uma das grandes contribuições, por exemplo refere-se ao financiamento das empresas por meio da RSE, aos projetos sociais das Organizações Não Governamentais no âmbito da assistência social. A medida termina por trazer recursos para fortalecimento do SUAS, quando as empresas por meio da RSE investem no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de municípios, estão investindo no SUAS e conseqüentemente na Política da Assistência Social.

Ainda é necessário pensar que, é inegável a abertura e ampliação de postos de trabalho para o Assistente Social junto a essa demanda. Entretanto antes de mergulharmos na área, é necessária a compreensão das conseqüências e impactos para a herança crítica profissional.

Para Schommer, apud Tenório (2004), a atuação social revela muito de uma empresa, sua ética, sua cultura que extrapola o social e adentra pelas atividades culturais e de patrocínio e que no entendimento de Srour (apud Tenório, 2004:p.31) pode ser definida como, " A responsabilidade social remete à constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e à implementação de direitos sociais no âmbito externo"

Acredita-se que as iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial enquanto espaço sócio ocupacional, precisa também, ser entendido dentro das preocupações que legitimam o Assistente Social como aquele que está habilitado a uma leitura da realidade social de forma crítica e com uma atuação que assegure à população trabalhadora as garantias no campo dos direitos.

Os projetos societários são fortalecidos por projetos profissionais, o que pode levar a afirmação de que os projetos societários são atravessados também por projetos de classe. O que torna muito profícua a discussão aqui levantada, entendendo que o Serviço Social tem sua determinação histórica mediada pelas necessidades originadas na relação Capital X Trabalho e pelas forças sociais, cujos projetos interessam tratar as refrações da questão social como despolitizada. Desde a gênese profissional, Netto (2006) já observara a conexão com demandas oriundas da questão social no modo de produção capitalista.

O ideário do qual emerge a Responsabilidade Social Empresarial precisa ser cada vez mais aproximado com o Projeto Ético Político do Serviço Social. Em uma postura de defesa do Projeto Ético Político Profissional torna-se pertinente a compreensão da natureza e funcionalidade desta atuação. Retomamos apontamentos tão presentes na literatura de autores que compoem a intelectualidade profissional nos emprestam uma lente de análise crítica da profissão.

O desafio se instaura na própria dinâmica societária e como a profissão responde a isso. Se por um lado vivenciamos o afloramento do aparato profissional crítico, por outro lado temos a necessidade de manter a discussão acessa e na pauta do dia. Como parte das discussões que adentraram o Serviço Social a partir do século XXI estão temas relacionados aos direitos transgeracionais, ou seja, que alcança outras gerações. Um debate oriundo do Direito Ambiental, dessa forma, o Desenvolvimento Sustentável entra em cena como busca de garantia às gerações futuras do direito a utilização dos recursos naturais. Sendo um profissional que tem sua matéria prima permeada por relações sociais historicizadas, faz-se necessário de tempos em tempos uma reflexão endógena e ao mesmo tempo exógena do Serviço Social e essas relações sociais.



3 CONCLUSÕES

Ao propor uma reflexão que relaciona o capital financeiro, Responsabilidade Social e Serviço Social pressupõe uma abordagem teórica que percebe os três temas tendo como ponto de partida o modo de organização capitalista da vida em sociedade. Trata-se de uma cultura organizacional que abarca todas as relações da empresa, suas práticas e políticas, e que deve nortear a organização em todo os momentos, nas crises e em épocas de expansão econômica. Ao ponto de nos momentos de crises e incertezas, poder retomar esse compromisso com os valores da empresa.

As reflexões aqui apresentadas estão em construção. Inicialmente atuando essencialmente como profissional interventivo, que buscavam subsidiar sua prática na alimentação permanente com a teoria. O acúmulo dessas reflexões conduziram a sistematizações que constituíram-senas ideias apresentadas acima e que permitiram a troca e debate com outros profissionais e estudiosos no sentido de maturação do estudo.

REFERÊNCIAS

BM&F Bovespa. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br> Acesso em 09 de agosto de 2015.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.

CARRARA, Virgínia Alves. Responsabilidade Social Empresarial: Intervenção Social e Conflito. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em : <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Nosso Futuro Comum, 2ª edição . RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. pgs. 1- 16.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª Edição. SP: Cortez Editora, 2008.

MOTA, Elissivânia Márcia Assunção. Projeto Ético Político do Serviço Social: Limites e Possibilidades. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n 1, p.56-68, jan/jul. 2011.

MONTANO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. SP, Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 5ª edição, São Paulo, Cortez, 2006.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira; YAZBECK, Maria Carmelita & Di GIOVANNI, Geraldo. A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda. 2ª edição. SP: Cortez Editora, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). Responsabilidade Social empresarial: Teoria e Prática. RJ: FGV Editora, 2004.

WACQUANT, LOIC. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, Set./Dez. 2012.